

COLIGAÇÃO: MOBILIZAÇÃO POR PODER POPULAR!

BASES POLÍTICAS E PROGRAMÁTICAS PARA O PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO PSOL-PMN

1 – Temos a compreensão comum de que em Pernambuco a conjuntura eleitoral enveredou numa falsa polarização entre dois grandes e similares palanques, os quais absorveram a quase totalidade do quadro político partidário, o que justifica esforços dos que não se alinham pragmaticamente a estes palanques na direção da composição de alternativas que atendam às demandas do povo pernambucano e que resistam em favor de uma verdadeira e substantiva democracia;

2 – A candidatura de Paulo Câmara, cuja forma de gestação e nascimento já denuncia seu DNA da velha e oligárquica política, representa neste processo a pior política disfarçada de não política, uma cara nova para uma prática mofada de apropriação do privado sobre o público. Representa uma gestão de aparências tão eufórica como efêmera. Representa a irresponsabilidade social e ambiental, o anti-republicanismo que dissolve as instituições do Estado nos gabinetes do Executivo e persegue e esmaga a sociedade civil organizada. Representa o endividamento criminoso do Estado, que rouba das gerações futuras uma perspectiva real de exercício de sua cidadania;

3 – Armando Monteiro Neto é o senador que foi eleito há quatro anos tecendo os maiores elogios ao governo que agora critica, e face ao qual se diz agora oposição. É, antes de tudo, o candidato que queria poder fazer o discurso da continuidade, abençoado por Eduardo Campos, mas que, preterido, lançou-se às vésperas da conjuntura pré-eleitoral no campo da oposição. O candidato Armando Monteiro Neto, portanto, é também responsável por todas as mazelas deste governo que critica. Trata-se, logo, de uma candidatura que quer continuar o que vem drasticamente sendo feito contra os interesses do povo pernambucano. Além disso, é uma candidatura que coloca interesses empresariais acima das demandas populares, razão pela qual não pode ser apoiado por forças no mínimo progressistas de nosso Estado;

4 – Pernambuco é um dos Estados com piores indicadores sociais e ambientais no Brasil. Está entre os que menos investem em meio ambiente, entre os mais baixos IDHs, entre os piores IDEBs, entre os piores na segurança pública, onde a juventude descartada e sem futuro é encarcerada e vitimada mais uma vez sob a tutela do Estado, nas dependências de verdadeiras prisões para adolescentes e jovens. Pernambuco está entre os Estados onde a transformação da saúde em mercadoria mais avançou; é o Estado em que o transporte na região metropolitana está um caos absoluto e segue numa dinâmica consciente de piora; é o Estado em que se gasta horrores com a Copa do Mundo padrão FIFA, enquanto a população é despejada de suas casas e o legado da Copa se torna um pesadelo para a nossa gente;

5 – Queremos anunciar ao povo pernambucano uma alternativa viável diante desse estado de coisas, na forma de candidaturas alternativas, que deverão apresentar as seguintes linhas estratégicas de ação:

- **DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA:** Afirmar os espaços de participação popular, como conferências e conselhos, como legítimos e capazes de elaboração e cogestão dos serviços públicos, fortalecendo o controle social sobre o governo e os serviços prestados pelo Estado. As mobilizações sociais de 2013 deram um claro e contundente recado aos gestores da coisa pública: o povo não quer só votar em representantes, ele quer participar das decisões e da condução do que é público. Além desse aspecto, é necessário o fortalecimento do serviço público, acabando com os cargos de confiança loteados para os cabos eleitorais, valorizando os servidores públicos concursados;

- **AUDITORIA EM TODOS OS CONTRATOS QUE GERARAM RENÚNCIAS FISCAIS:** O Estado, por meio do Poder Executivo, existe para arrecadar impostos e devolvê-los à sociedade na forma de garantias do contrato social vigente, prestando serviços públicos e garantindo o funcionamento republicano das demais instituições. As renúncias fiscais feitas abusivamente pelos governos de Eduardo Campos podem ter comprometido esta finalidade pétrea do Estado, razão pela qual vamos pugnar pela realização de uma auditoria independente para esclarecer e responsabilizar a quem de direito;

- **ESTABELECEMOS RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL PARA A GESTÃO PÚBLICA:** Não se pode mais estabelecer que apenas exista uma Lei de Responsabilidade Fiscal que penalize os gestores públicos por não atingirem metas na relação entre o que se arrecada e o que se gasta e investe. É preciso estabelecer a qualificação no gasto e no investimento público, especificamente nas áreas sociais, obrigando a gestão pública a atingir metas na educação, na saúde, na segurança, na gestão ambiental, na mobilidade urbana, de forma que a sociedade civil possa exercer seu controle social, no monitoramento, e que os gestores sejam responsabilizados diante do não atingimento dessas metas;

6 - FINANCIAMENTO DE CAMPANHA: O PSOL e o PMN desaprovam o financiamento indiscriminado de campanhas eleitorais por parte de empresas, pois é no financiamento das campanhas que se encontra a porta de entrada para a corrupção e sobreposição dos interesses privados sobre o interesse público. A coligação PSOL/PMN priorizará a arrecadação de recursos oriundos de pessoas físicas nos limites estabelecidos pela Justiça Eleitoral, e só aceitará recursos vindo de Pessoas Jurídicas cuja atuação empresarial não estejam em contradição com os princípios e pressupostos estabelecidos pela coligação. Não aceitaremos recursos de construtoras, bancos, agronegócio, empresas de transporte, de empresas que lucram com a privatização da saúde e da educação, que tenham contratos e interesses a serem intermediados com o Estado, tão pouco receberemos recursos de empresas com passivos trabalhistas e ambientais

7 – São estes princípios e pressupostos que estão na base da convergência entre o PSOL e o PMN neste processo eleitoral em Pernambuco, que serão o ponto de partida de um programa mínimo a ser debatido com outras forças políticas e sociais em nosso Estado, para compor uma frente que extrapole partidos e alcance amplas parcelas sociais que desejam e necessitam de um pólo alternativo de disputa política em nosso Estado.

Essas são as bases políticas/programáticas que nortearam a construção dentro do processo eleitoral, através de amplo e público debate, a construção de proposta de políticas públicas a serem incorporadas em nosso programa de Governo.

Recife, 04 de Julho de 2014